

A sigla LGBTQIA+⁵ não é unanimidade se formos buscar referências que tratam desta temática, o que é um assunto de suma importância para que possamos entender, a partir da própria realidade desta população, as determinações histórica e socialmente específicas dos tido como “desviantes da norma”. Apesar deste assunto ser importante, buscaremos, aqui, nos aprofundar naquilo que une as pessoas reais que são englobadas por esta sigla: a violência e abjeção sistemática e compulsória perpetrado pela família, por dispositivos do Estado, por meios de comunicação e por todo o aparato econômico-jurídico-político que funcionam para legitimar e naturalizar a violência e docilização da população LGBTQIA+.

As ofensivas contra essa população não se dão de forma homogênea, pois é justamente a diversidade exigida pelas transformações da acumulação do capital que objetiva os avanços demandados pelo Estado para garantir sua dominação enquanto classe. Tudo isso encontra legitimidade e normalidade na sociedade onde impera o Capital, que adquire contornos mais profundo em relação à nossa formação social baseada em um processo de colonização violento e particular do restante da América necessário para uma economia pautada na monocultura latifundiária e em um processo de dominação com papel central da Igreja. Ao analisarmos nossa história concreta podemos perceber porque tais opressões encontram substância histórica para se tornarem *modus operandi* da violência banalizada por uma gama também diversa de mecanismos e dispositivos da sociedade atual.

O Brasil ainda continua sendo o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo⁶. Execuções que reforçam o quanto vivemos em um sistema que precisa, antes de qualquer coisa, continuar a fortalecer e garantir a propriedade privada, que condiciona a necessidade da criação de um sistema policial e penitenciário pautados nos

⁵ “O que é LGBTQIA+? Um passeio entre as infinitas letras”. Esquerda Online. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/07/26/o-que-e-lgbtqia-um-passeio-entre-as-infinitas-letras/>>. Acesso em 30/07/2020.

⁶ “Em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil”. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/em-2019-124-pessoas-trans-foram-assassinadas-no-brasil>>. Acesso em 11/09/2020.

interesses das classes dominantes. Através da concentração monopolista dos meios de produção e reprodução da vida social na mão de poucas famílias, as demandas muito mais do só econômicas podem ser executadas. Reforçamos que o caráter econômico é de suma importância, mas somente uma análise dialética que envolva a vida social de forma complexa pode considerar e apreender demais determinações que caracterizam este processo. Dessa forma, como nos alertam Amanda Palha e Guilherme Ferreira:

O desenvolvimento global do capitalismo, em seus territórios, gera formas próprias capitalistas de organização das relações de sexo e gênero, bem como de suas instituições. A família individual, heterossexual e monogâmica, nesse sentido, ocupa papel central, se apresentando tanto como unidade econômica da sociedade (ENGELS, 1974) quanto como eixo de consolidação da ideologia sexual dominante (BONFIM, 2013).⁷

O que coloca a família monogâmica com papel elementar na (re)produção da cis-heterossexualidade de forma compulsória para a garantia e o controle da reprodução da classe trabalhadora - que para o espanto de alguns pesquisadores com vícios eurocêtricos, também é composta por pessoas LGBTQIA+. O que nos permite entender as razões e algumas determinações da maneira como tal população vem sendo reprimida, ao longo dos anos, pela nossa gênese patriarcal, colonial e cristã, que balizam a efetivação da exploração necessária para a reprodução da sociedade de classes. O que gera uma normalização, cada vez mais comum, de ideais conservadores e religiosos, baseados no fundamentalismo moral e nos “bons costumes”. Esse tipo de ideologia está pautado na cis-heteronormatividade, isto é, tudo que foge ao padrão social binário de homem/mulher, que não reforça o mito de um suposto “sexo biológico” e de um gênero naturalmente dado, e que ultrapassa a condição heterossexual, é sistematicamente relegada à assuntos secundários ou, mais frequentemente, é reprimida e eliminada como prática fundamental das instituições da sociedade burguesa.

A família monogâmica tem como necessidade a garantia da mulher como submissa às vontades e demandas de seu marido, homem cis-hétero, como padrão de

⁷ “Políticas penitenciárias e o aprisionamento de pessoas trans: uma análise preliminar do caso latino-americano”. (PALHA, Amanda; FERREIRA, Guilherme, 2016).

reprodução. Todos os membros da família são subordinados ao centralismo patriarcal. Isso engendra, por um lado, a garantia de suas realizações públicas (com a família legitimada pelo casamento), e, por outro, garante a realização de suas necessidades privadas. O que nos faz entender que a família monogâmica produz sujeitos compulsoriamente cis-heterossexuais, assim como produz toda a organização e sistematização do mercado sexual, onde se encontram massivamente as mulheres trans e travestis brasileiras. “No Brasil, 90% da população transexual e travesti tem a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência”.⁸ Historicamente, o desenvolvimento do patriarcado está intrinsecamente relacionado com a necessidade da prostituição/mercado sexual, que tem inerente à sua reprodução a precarização das condições de existência dessas pessoas que sobrevivem do trabalho sexual. Isso porque vivemos sob a intensificação das investidas do neoliberalismo que, segundo as contribuições de Rafael Toitio, podemos entender:

“[...] o neoliberalismo é, antes de tudo, um conjunto de concepções de mundo que defende a universalidade do mercado na ‘organização’ da sociedade. É também uma forma de vida e um conjunto de normas de conduta pautados na lógica da concorrência. No âmbito da linguagem, ele se expressou por meio de uma variedade de formas, ganhando ‘tradução’ num conjunto de categorias que se tornaram (em vários contextos) cotidianas: o ‘empreendedorismo’ e a ‘empregabilidade’, que responsabilizam o indivíduo pelo próprio sucesso econômico e social; o reforço do discurso do direito de propriedade como uma questão de liberdade e igualdade formal; a ‘flexibilização’ de leis e mecanismos que atrapalham a ‘livre’ acumulação e circulação do mercado (financeiro); a ‘responsabilidade social empresarial’, que defende uma pretensa ‘consciência cidadã’ para as empresas que tentam propor uma ‘resposta’ para as questões sociais; o discurso da ‘racionalização’, ‘profissionalização’ e ‘tecnificação’ de processos políticos; e o inalcançável ‘Estado mínimo’, que essencializa o Estado como um ente corrupto e ineficiente.”⁹

Essa passagem não só explana algumas considerações fundamentais acerca do que é o neoliberalismo, como também nos ajuda a pensar que a emancipação da população LGBTQIA+ não pode cair nessa lógica de “empoderamento” pelo consumo, visto que é justamente o fomento deste tipo de condições de existência da vida social que permite a banalização da violência, que é tão caro para nós LGBTQIA+. Só para se

⁸ “Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans”. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>>. Acesso em 11/09/2020.

⁹ “Cores e Contradições: A luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro”. (TOITIO, Rafael, 2016, p. 30).

ter uma noção do tamanho da precariedade, miséria e violência de tais condições, uma informação chocante é que a idade média de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos.¹⁰

Essa opressão sofrida pela população LGBTQIA+ é tão cotidiana que, segundo o relatório anual de mortes do Grupo Gay da Bahia - GGB - de 2019, a cada 26 horas, uma pessoa LGBTQIA+ é morta no Brasil, totalizando 329 homicídios e suicídios registrados¹¹. Um outro dado, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA -, o Brasil subiu 48% no número de casos de assassinatos de pessoas travestis e transsexuais entre janeiro e abril de 2020, comparado ao mesmo período dos anos anteriores¹².

Em nossa cidade a situação não é diferente. Em 2019, um projeto do Núcleo de Atendimento e Cidadania LGBTQIA+ de Juiz de Fora realizou uma pesquisa no intuito de coletar dados relativos às violências sofridas por uma pequena parcela dos sujeitos LGBTQIA+ da cidade em decorrência de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual¹³. Os resultados mostram que 77% das pessoas entrevistadas já sofreram algum tipo de violência por conta da sua condição sexual e da sua identidade de gênero e, dentre elas, apenas 10% recorreram às autoridades competentes. Além disso, 77% desses indivíduos não se sentem seguros para realizar qualquer tipo de denúncia LGBTQIA+fóbica nas instituições existentes na cidade.

Se faz mais do que necessário pensarmos com centralidade e importância necessária as questões da população LGBTQIA+. Sem que deixemos de fazer a crítica de que os avanços circunscritos na institucionalidade burguesa não garantirão a emancipação humana, não podemos, também, deixar de lado as possibilidades objetivas que as disputas políticas e sociais colocam para a organização da classe trabalhadora. Contanto que sejam planejadas e feitas de forma estratégica, visando a

¹⁰ “Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos”. Observatório do Terceiro Setor. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>>. Acesso em 11/09/2020.

¹¹ “Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBT+ em 2019, uma a cada 26 horas”. UOL Universa. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/23/brasil-registra-329-mortes-de-lgbt-em-2019-diz-pesquisa.htm>>. Acesso em 30/07/2020.

¹² “Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020”. ANTRA Brasil. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/category/violencia/>>. Acesso em 30/07/2020.

¹³ “Violência e Homotransfobia: uma análise sobre os preconceitos e as agressões contra a população LGBTQI+ em Juiz de Fora”. (DE OLIVEIRA, Júlio Mota; RODRIGUES, Marcelo Carmo, 2019.)

conquista/garantia de direitos históricos desta população, mas tendo a ousadia de avançar para a criação do poder popular.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

Visto a necessidade de ações públicas para minimizar e, até mesmo, mitigar as opressões sofridas pelos sujeitos LGBTQIA+, inicialmente, propormos:

- Criar um Conselho Municipal LGBTQIA+, com representação da sociedade civil e com financiamento próprio;
- Fomentar iniciativas, com controle social, que possibilitem a plena implementação das ações previstas na Lei Municipal 9.791, conhecida como Lei Rosa;
- Criar um Observatório Municipal – com poder popular e participação LGBTQIA+ –, que tenha como objetivo mapear a violência contra as pessoas LGBTQIA+ para geração, registro e disseminação de dados;
- Ampliar o atendimento 24 horas da Delegacia da Mulher e aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres trans e travestis, centralmente as negras, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização, bem como criar um setor especializado em violência LGBTQIA+fóbica organizado por um Núcleo de Atendimento Policial a pessoas LGBTQIA+. Além da criação de um espaço seguro que abrigue as pessoas que sofreram violência doméstica pelo período que for necessário e com profissionais capacitados para o atendimento das necessidades diárias dessas pessoas.
- Elaborar programas de treinamento de agentes penitenciários para enfrentamento da violência à população LGBTQIA+ privada de liberdade, especialmente mulheres e homens transexuais e travestis, além de desenvolver programas de inclusão dessas pessoas ao mercado de trabalho;
- Criar mecanismos de proteção e divulgação ampla das informações que ajudem no combate contra a violência doméstica aos sujeitos LGBTQIA+;
- Garantir assistentes sociais e psicólogos em todas as escolas públicas municipais, para a defesa de crianças e adolescentes em situação de risco de violação aos direitos humanos e na proteção contra as violências no desenvolvimento de sua identidade de gênero e/ou sexualidade;

- Aplicar treinamento especializado aos profissionais que trabalham na defesa dos direitos da criança e do adolescente (conselheiros tutelares, instituições registradas e profissionais do CMDCA, etc) sobre situações de violência sofrida por LGBTQIA+ com menos de 18 anos completos.
- Atualizar, fortalecer, sondar e formalizar a rede socioassistencial; mobilizando instituições no município juntamente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e trabalhar na difusão de material pedagógico quanto às especificidades da população LGBTQIA+.
- Efetivar as normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBTQIA+ vítimas de violências, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+ e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP de maneira a efetivar uma política pública efetiva no município de Juiz de Fora;
- Construir, a partir do Centro de Referência LGBTQIA+, um banco de dados sobre as condições de vida, relações sociais e acesso aos bens de consumo coletivos da população LGBTQIA+, com a finalidade de mapear os locais mais apropriados para realização de investimentos em saúde, educação e inclusão social dessas pessoas;
- Criação de um Serviço Especializado de Atendimento à Família LGBTQIA+, em especial pessoas trans e travestis, que tiveram os laços familiares rompidos por conta de conflitos no desenvolvimento da sua identidade de gênero e orientação sexual, com o objetivo de evitar sua evasão escolar, danos psicológicos ou a exclusão do convívio social;
- Fomentar políticas inclusivas para a população LGBTQIA+, principalmente a pessoas trans e travestis, ao mercado de trabalho, desde capacitação profissional até cotas em concursos públicos;
- Incentivar a criação ou desenvolvimento, dos já existentes, empreendimentos e cooperativas voltados à população LGBTQIA+ de Juiz de Fora, em especial pessoas trans e travestis;
- Implementar políticas inclusivas nas escolas, evitando a evasão de pessoas trans e travestis e a discriminação de pessoas LGBTQIA+, capacitando o corpo docente e administrativo da cidade, por meio de uma construção coletiva entre professores, universidades, comunidades e conselhos LGBTQIA+;

- Incentivar os projetos existentes na cidade e na universidade, voltados ao setor LGBTQIA+, e destinar verbas públicas para garantia de suas continuidades e a criação de novos;
- Dar formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para os agentes públicos, destacando a importância e necessidade do enfrentamento à LGBTQIA+fobia e ao sexismo na construção de um projeto democrático de sociedade;
- Criar habitações coletivas e incentivos de assistência moradia para acolher pessoas LGBTQIA+ expulsas de casa, principalmente pessoas trans e travestis;
- Ampliar o acesso de pessoas trans e travestis ao tratamento de mudança de gênero, tendo respeitadas sua dignidade, cidadania, nome social e oferta de todo atendimento psicossocial necessário e demandado pela pessoa;
- Lutar pela revogação imediata da EC 95, a EC da Morte que com sua política de teto de gastos incentiva e aprofunda mais ainda o sucateamento da saúde e educação pública brasileira.
- Garantir políticas públicas transversais voltadas à população trans e travestis, passando pelos diversos equipamentos públicos do município, desde a educação básica, mercado de trabalho, cultura, segurança pública, assistência social, de saúde, entre outras;
- Garantir pelo SUS o tratamento e acompanhamento necessário ao do processo de hormonização e do processo de transgenitalização, levando em consideração todos os aspectos legais, sociais, psicológicos, não se restringindo apenas a saúde biológica.
- Assim como a garantia de aborto e tratamento ginecológico para mulheres cis e homens trans com qualidade e segurança.
- Valorização dos salários e das condições trabalhistas dos profissionais que trabalham com a população LGBTQIA+